

---

## O CURSO DE PEDAGOGIA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS FALAS DOS ESTUDANTES

Tatyanne Gomes Marques  
UNEB  
[tmarques@uneb.br](mailto:tmarques@uneb.br)

Aline Cotrim Leal  
UNEB  
[aline\\_cba15@hotmail.com](mailto:aline_cba15@hotmail.com)

Anadabe Rodrigues da Silva  
UNEB  
[anadaberodrigues@gmail.com](mailto:anadaberodrigues@gmail.com)

Ronivaldo de Oliveira  
UNEB  
[roni.cte\\_o@hotmail.com](mailto:roni.cte_o@hotmail.com)

### RESUMO

O texto busca analisar se o curso de Pedagogia, como lócus da formação de professores, prepara para a docência em escolas do/no campo. Para isto, realizamos uma pesquisa com os estudantes do curso de Pedagogia do Departamento de Educação, campus XII/Guanambi, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, onde, desde 2008, incluiu-se uma disciplina obrigatória na formação de pedagogos denominada Educação do campo. Assim, por meio da análise de documentos como Projeto do curso, Ementa da disciplina, planos de curso, e de entrevistas com 12 estudantes que já tinham cursado a disciplina, buscamos saber em que medida a licenciatura em Pedagogia tem contribuído para preparação de professores atuar em escolas do/no campo. As falas da maioria dos estudantes demonstram que o fato de terem cursado uma disciplina que aborda a educação do campo permitiu que conhecessem as concepções e as políticas dessa proposta educacional. Destacam que a inserção da disciplina no currículo do curso foi uma conquista importante, todavia, ressaltaram que a disciplina por si só não é suficiente para preparar os futuros docentes. Neste sentido, o estudo sugere a ampliação da carga horária da disciplina, a inclusão de metodologias que permitam experiências práticas no contexto

do campo e, para além da formação inicial no curso de licenciatura, a formação continuada para as especificidades da docência em escolas do/no campo.

**Palavras-chave:** Formação de professores. Pedagogia. Educação do campo.

## Introdução

O título deste texto já anuncia a questão sobre a qual buscamos refletir: o curso de Pedagogia no Brasil – que tem como prioridade a formação docente para a Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos<sup>1</sup> – prepara os licenciandos para atuar nesses níveis educacionais em escolas no/do<sup>2</sup> campo?

Essa questão mereceu nossa atenção porque os cursos de formação de professores, muitas vezes, buscam formar um profissional único para a educação, orientado por políticas e práticas únicas. Ou seja, com um currículo pretensamente universalista como critica Arroyo (2007) e Marques (2010, 2014) como se todas as escolas e seus sujeitos fossem iguais. Neste sentido, ao tomarmos por base a realidade tão diversa dos povos no Brasil, residentes nos campos e nas cidades, consideramos relevante pensar como os estudantes que estão se preparando para a docência percebem sua formação no que se refere à atuação nas escolas no/do campo.

Para buscar responder a essa questão central, realizamos um estudo com os estudantes do curso de Pedagogia do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia – UNEB no campus da cidade de Guanambi no estado da Bahia, Brasil. Nessa universidade, o curso de Pedagogia, desde 2008, incluiu uma disciplina obrigatória denominada Educação do campo. A mesma tem carga horária de 60 horas e é ofertada no 3º semestre do curso. Assim, selecionamos estudantes do curso de Pedagogia que já tinham cursado a disciplina para participar da investigação com o objetivo de saber suas

---

<sup>1</sup> De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de Maio de 2006), o curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério, mas, além disso, o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo.

<sup>2</sup> O uso da expressão educação DO/NO campo relaciona-se à proposta de educação que defende que o povo do campo tem direito de estudar NO próprio campo, ou seja, que não precisa ir para a cidade para ter garantido esse direito. Ao mesmo tempo, compreende-se que a educação deve vincular-se á vida, à cultura, à história dos povos do campo, por isto, o uso da expressão educação DO campo (Fernandes, Cerioli, Caldart, 2004).

concepções de Educação do Campo; bem como analisar se os conhecimentos abordados na disciplina cursada permitem a compreensão das práticas e políticas de Educação do Campo e se eles se sentem preparados para atuar em uma escola do/no campo ou que atenda a estudantes do campo.

Nesse sentido, realizamos uma pesquisa de campo do tipo qualitativa que nos possibilitou o contato direto com os sujeitos da pesquisa. Segundo Minayo e Gomes (2012), a abordagem qualitativa possibilita aos sujeitos da pesquisa demonstrarem o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes que envolvem suas experiências, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis. Nesta perspectiva, então, decidimos utilizar como instrumento e procedimento para coleta de dados as entrevistas semiestruturadas e a análise documental.

Inicialmente, pelo uso da técnica de análise documental, verificamos como a educação do campo é pensada e proposta no projeto do curso de Pedagogia da instituição, no Fluxograma; Ementa e no Plano de curso.

Após esse levantamento, realizamos as entrevistas semiestruturadas com 12 estudantes do Curso de Pedagogia da UNEB – DEDC/ Campus XII, que já tinham cursado a disciplina Educação do Campo. Os critérios de escolha dos sujeitos consideraram, em primeiro lugar, o fato de já terem cursado a disciplina Educação do Campo. Como essa matéria é convencionalmente ofertada, de acordo o projeto do curso, no 3º semestre, o universo da pesquisa foi bastante amplo. Afinal, todas as turmas do 4º ao 9º semestre do curso<sup>3</sup> já tinham estudado a disciplina. Neste sentido, adotamos como segundo critério de seleção dos participantes aqueles que já estavam em fase de conclusão do curso, ou seja, os alunos do 9º semestre dos turnos matutino e noturno, pelo percurso mais longo na formação, e que aceitassem participar da pesquisa. Levamos em consideração, portanto, a trajetória formativa dos sujeitos para avaliar os saberes construídos no curso, comparando as reflexões dos estudantes que já tiveram alguma experiência com a educação no espaço rural e os que nunca vivenciaram a mesma.

---

<sup>3</sup> O curso de pedagogia na UNEB tem a duração média de 8 semestres, porém, em decorrência de greves docentes e do número insuficientes de professores, o mesmo tem sido ofertado nos últimos anos em 9 semestres.

Portanto, nossas análises consideram as percepções dos doze estudantes de Pedagogia no que tange à disciplina Educação do Campo e se, de fato, esse componente inserido no currículo prepara para atuar como docentes em escolas do/no campo.

### **1. A Educação do Campo como disciplina no curso de Pedagogia**

No Brasil, ao longo de toda a história, as populações pobres do campo tiveram pouco acesso à educação escolar, ou seja, o Estado brasileiro sempre negligenciou os povos desse contexto (Leite, 2002; Calazans, 1993). Quando as escolas existiram/existem<sup>4</sup> no campo, as mesmas enfrentavam vários desafios, dentre eles: pouca ou nenhuma formação dos professores; pouca ou nenhuma remuneração dos docentes que nelas atuavam; condições infraestruturais precárias, sem material, alto índice de evasão e pouco sentido para a vida nos espaços rurais (Rocha, 2012; Brasil, 2006).

Pesquisas mostram uma realidade da educação no campo de poucos investimentos, a exemplo de Marques (2010; 2014) e Brasil (2006). Marques (2010) ressalta que os dados do Panorama da Educação do Campo, disponibilizados pelo INEP (2006), evidenciam que, no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, apenas 21,6% dos professores das escolas rurais tinham formação superior enquanto nas escolas urbanas esse contingente representava 56,4% dos docentes.

Somente a partir do final do século XX que a educação no meio rural no Brasil é encarada com mais seriedade por conta das aceleradas transformações sociais e econômicas e, especialmente, pela luta dos Movimentos Sociais, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esses movimentos vêm problematizando as concepções do campo como lugar do atraso ou lugar condenado à extinção. Nesse sentido, têm exigido que o Estado garanta os direitos sociais da população como o direito à educação escolar de qualidade, vinculada aos modos de vida e expectativas dos povos do campo.

---

<sup>4</sup> Usamos os verbos no passado e presente porque, no Brasil, muitas comunidades nunca tiveram escolas e as que existem vem sendo fechadas/nucleadas sob a justificativa de que não são viáveis em termos de gastos e resultados (Hage, 2010; Cotrim, Pereira, Silva e Marques, 2013). Para exemplificar, de acordo com o Censo Escolar, apenas em 2014, mais 4.084 escolas do campo fecharam suas portas. Se pegarmos os últimos 15 anos, essa quantidade salta para mais de 37 mil unidades educacionais a menos no meio rural.

Para garantir uma educação de qualidade no campo, além de outros fatores, pesquisadores (Molina, 2011; Marques, 2010; Antunes-Rocha e Martins, 2009; Antunes-Rocha, 2008) destacam a necessidade de investimentos na formação dos/as professores/as. Essa formação precisa atender, inicialmente, às exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9394/1996 (BRASIL, 1996) e das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo (Resolução CNE/CEB 1, de 3 de Abril de 2002) que preveem a formação inicial em cursos de licenciaturas (formação em áreas específicas para atuar no segundo segmento do Ensino Fundamental e no Ensino Médio e Pedagogia para a Educação Infantil, primeiro segmento do Ensino Fundamental e EJA). Acrescenta-se a essas formações a necessidade do docente que for atuar em escolas no campo compreender as concepções e práticas da educação do campo, conforme destacam as diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo (Resolução N° 2, de 28 de Abril de 2008), em seu artigo 7º, § 2º:

A admissão e a formação inicial e continuada dos professores e do pessoal de magistério de apoio ao trabalho docente deverão considerar sempre a formação pedagógica apropriada à Educação do Campo e às oportunidades de atualização e aperfeiçoamento com os profissionais comprometidos com suas especificidades.

Assim sendo, como os cursos de licenciatura – que formam os/as docentes para atuarem nas escolas do campo e da cidade – têm proposto suas formações?

Observa-se que a resolução CNE/CP N° 1 (Brasil, 2006), que institui as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de Pedagogia e tratam tanto dos aspectos gerais do curso como também de suas peculiaridades, afirma que as atividades profissionais dos/as pedagogos/as devem ocorrer tanto nos espaços urbanos quanto rurais, com respeito à diversidade que compõe o Brasil. É, portanto, nesse sentido que, segundo nos informou a coordenadora do curso de Pedagogia, surge a necessidade da disciplina educação do campo de modo a garantir uma aproximação da formação dos profissionais da educação do contexto educativo do/no campo.

Observamos também que esta necessidade surge, especialmente, pelos apontamentos de pesquisas que revelaram que os cursos de formação de professores apresentam um

distanciamento das práticas educativas que ocorrem no campo (Marques, 2010, 2014; Antunes-Rocha, 2008) e pelos próprios movimentos sociais que lutam pela educação do campo indagarem os currículos dos cursos de licenciatura. Assim, é na tentativa de trazer para dentro do curso aspectos da educação do campo que os currículos da graduação em Pedagogia passaram a discutir e incluir disciplinas que abordam conteúdos da educação do campo.

Neste sentido, a partir da análise do projeto do curso de Pedagogia do DEDC/Campus XII - UNEB e da entrevista com a atual coordenadora do curso na instituição, observa-se que a disciplina Educação do Campo passou a fazer parte do currículo dessa graduação com o redimensionamento sofrido pelo projeto, com vigência a partir de 2008. Essa disciplina, no curso de Pedagogia do referido departamento da UNEB, é ofertada no 3º semestre, com 60 horas/aula, cujo eixo articulador trabalha com a educação e abordagens político-pedagógicas. No Departamento de Educação, DEDC/Campus XII - UNEB, a ementa da disciplina Educação do campo propõe trabalhar a “Educação e escola do campo: história, tendências, concepções teórico-metodológicas. A Educação rural: políticas públicas e legislação específica. Orientações curriculares para a educação nas escolas do/no meio rural: Educação Rural e Pedagogia da Terra: desenvolvimento local, integrado e sustentável. Territorialidade, Identidade e Alteridade: fundantes para a construção de relações dos atores sociais camponeses. Formação de professores para a Educação do Campo”.

Assim, pela análise realizada dos planos de curso da disciplina, no período compreendido entre 2010 a 2014, observou-se que são relacionados conteúdos que abordam desde a história da educação do campo no Brasil até as atuais políticas/ diretrizes curriculares.

## **2. Os discentes de Pedagogia e suas concepções de educação do campo**

Ao ouvirmos os estudantes do curso de Pedagogia sobre suas percepções em relação aos saberes construídos sobre a educação do campo, foi possível percebermos que a

compreensão que eles têm é de uma educação que leva em conta a realidade dos alunos que moram no campo, como pode ser observado nas seguintes falas:

*Entendo que seja uma Educação que priorize a cultura das pessoas que vivem na zona rural, no campo. [...]. É respeitar os valores, a cultura das pessoas que vivem no campo [...]. (JOÃO DE BARRO)<sup>5</sup>.*

*Educação do Campo é aquela que visa o reconhecimento dos alunos que moram no campo [...]. (GAIVOTA).*

7

Nessa perspectiva, suas reflexões vão ao encontro dos conceitos construídos desde a Primeira Conferência Nacional “Por Uma Educação Básica do campo” e defendidos por autores como Fernandes, Cerioli e Caldart (2004) e Caldart (2004) que conceituam a educação do Campo como uma forma de reconhecimento dos direitos das pessoas que vivem no campo, no sentido de terem uma educação que considere as especificidades da vida nos diferentes contextos rurais no Brasil.

Além disso, foi observado na fala de um outro estudante que a educação do campo é aquela pensada para respeitar, valorizar e atender às necessidades dessa gente. Mas, para que essa educação realmente aconteça, a escola tem que estar inserida no campo. Nesta compreensão, outros entrevistados colocam que não deve ser apenas uma escola presente no campo, mas sim que traga esses alunos para refletir sobre o cotidiano, para vida que eles têm no meio rural.

A esse respeito, os autores que discutem essa temática (Fernandes et. al., 2004; Caldart, 2004) ressaltam que não basta somente ter escolas no campo, ou seja, escolas construídas na zona rural. Faz-se necessário ter escolas do campo, com o currículo voltado para sua cultura, que atenda a sua identidade, que proporcione uma educação de qualidade aos sujeitos que lá residem.

---

<sup>5</sup> Todos os participantes da pesquisa são identificados por pseudônimos atribuídos pelos pesquisadores para preservar suas identidades, conforme exige os Comitês de Ética em pesquisa com seres humanos no Brasil. no caso deste estudo, os nomes utilizados se referem a aves do sertão baiano.

Nesse sentido, observa-se que o disposto no Art. 28 da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, afirma que:

Art.28 Na oferta de Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III- adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Outro ponto considerado por um dos entrevistados foi a questão da preparação do professor para o atendimento dos alunos camponeses. Águia diz que, mesmo que a escola seja no campo e o professor venha da cidade para lecionar nessa escola, ele deve estar preparado para lidar com aquela realidade que é diferente da zona urbana. Ele precisa conhecer a realidade daquele público.

*O professor tem que conhecer a realidade daquele público. Ele não pode chegar na zona rural e começar a falar toda uma realidade de uma cidade grande, mesmo que seja uma cidade do interior, mas todo aquele acontecimento do dia-a-dia, do corre corre da cidade, porque se não, chega lá a criança vai ficar perdida como em qualquer outra escola. Você chega numa sala de aula na zona rural para trabalhar principalmente com criança, você terá que trazer a realidade daquela criança [...]. (ÁGUIA).*

Dessa forma, é importante ressaltar que se necessita de educadores profissionais e preparados para assumir a responsabilidade de educar, ensinar conhecimentos necessários com intuito de contribuir para uma educação de qualidade. Esta é compreendida como direito de todos, independentemente das pessoas serem do campo ou não, de ser pobre ou rico, pois todos são sujeitos de direitos (Arroyo, 2007).

Podemos observar, enfim, pela fala dos entrevistados, uma possível compreensão de que Educação do Campo é uma educação que leva em conta a realidade dos alunos que moram



no campo. Nesse sentido, pode-se dizer que a inclusão da disciplina Educação do Campo no curso de Pedagogia é de extrema importância, já que necessária na formação do pedagogo.

### **3. A disciplina Educação do campo e os saberes construídos pelos discentes em relação às práticas e políticas de educação do campo**

9

De acordo a análise da ementa da disciplina Educação do Campo no curso de Pedagogia, o objetivo da mesma é refletir sobre a educação *do* e *no* campo no contexto brasileiro. Já no documento “plano de curso” da disciplina, propõe-se um currículo que permita aos futuros educadores respeitar a identidade cultural e histórica das comunidades, de modo a valorizar seus modos de vida e ressignificá-los.

Com uma proposta tão progressista, questionamos os licenciandos sobre a importância da disciplina Educação do Campo no curso de Pedagogia. Nesse sentido, todos os entrevistados disseram que a mesma é de grande relevância no curso, ou seja, na formação do pedagogo. Colocaram que a disciplina fornece fundamentos teóricos para os educadores refletirem sobre a educação do campo e saber lidar com a educação dos camponeses. Neste sentido, para os estudantes Mariana, Andorinha e Coruja,

*Essa disciplina é importante porque, a partir dela, os pedagogos passam a compreender melhor como é a vida no campo, os desafios que seus alunos enfrentam. (MARIANA).*

*Podemos ver que essa disciplina é necessária pra nossa formação. Através dela passamos a entender como acontece a educação do campo e aprendemos o que é levado em conta para atuar e atender bem numa escola do campo. (ANDORINHA).*

*Eu acho que... é muito importante, pelo fato de que ... às vezes nós pensamos apenas da educação aqui da cidade e esquecemos que lá, a educação no campo também é importante. (CORUJA).*

Mariana, Andorinha e Coruja não só abordam a importância da disciplina Educação do Campo em suas falas, como também ressaltam que a mesma é necessária para

compreender como é a vida no campo e entender que os camponeses precisam de uma educação diferenciada.

Desse modo, uma estudante considera a citada disciplina importante porque, segundo ela, muitas vezes, na sala de aula das escolas na cidade, o professor encontra diversos alunos não só que vêm da cidade, mas também os que vêm da zona rural. Para tanto, é importante o profissional ter um conhecimento da vida das pessoas que moram no campo, podendo, então, trabalhar a cultura dos que vêm da zona rural. Observamos que a compreensão da estudante aproxima-se do que discute Leite (2002), quando este afirma que a função da escola é propiciar ao aluno visões diferenciadas de mundo, de trabalho, de novas interpretações da realidade.

Outros entrevistados disseram que essa disciplina é muito importante na formação do pedagogo, pois ajuda este profissional a ficar mais atento às questões sociais que o cercam. A formação nessa perspectiva contribui para ações éticas que permitem ao educador lidar com os alunos camponeses de forma justa, ou seja, “a escolarização rural exige um tratamento diferenciado, baseado na realidade dos camponeses” (Leite, 2002) e, ao mesmo tempo, com igualdade de direitos.

Nesse sentido, podemos afirmar que a disciplina ofertada no curso de graduação permite aos estudantes do curso de Pedagogia as compreensões sobre as práticas e políticas de educação do campo, pois a maioria dos entrevistados demonstrou esse domínio sobre as mesmas. Como pode ser constatado na fala de Gaivota quando se refere aos saberes construídos por meio da disciplina:

*Permite sim, porque, na disciplina, estudamos e aprendemos o que são as políticas voltadas para a educação do campo. E nisso, podemos perceber que muitas vezes essa política não é aplicada, já que lá diz que a educação do campo tem que ser no campo, que os alunos do campo não podem ir pra cidade e, se houver nucleação, tem que ser no campo. Já aqui em Guanambi, houve a nucleação na cidade, pois os alunos da zona rural vieram pra cá. Essa compreensão de práticas e políticas de Educação do Campo é importante pra que a gente sabe o que tá acontecendo é errado, não está na política, a política acusa que é errado e mesmo assim acontece. (GAIVOTA).*

Notamos pela fala de Gaivota que a disciplina Educação do Campo propiciou uma visão crítica acerca das políticas, pois a mesma consegue fazer uma análise sobre a aplicação dessas políticas e ressalta ainda que estas ainda não são praticadas como deveriam ser. Isso é notável em sua fala no momento em que afirma que a nucleação deve acontecer necessariamente nos espaços rurais e traz como exemplo o município de Guanambi<sup>6</sup> que optou por esse sistema supracitado.

Diante das reflexões apresentadas pelos entrevistados, podemos afirmar que a disciplina Educação do Campo, ofertada no curso de Pedagogia, foi uma conquista, sendo esta de fundamental importância para a formação de futuros professores. Para a maioria dos entrevistados, a disciplina permitiu as compreensões sobre as práticas e políticas de Educação do Campo, pois esses demonstraram o domínio sobre essas práticas e políticas. Porém, uma minoria dos entrevistados demonstrou conhecimento superficial e ressaltou ainda a questão da carga horária da referida disciplina como insuficiente.

11

#### **4. A inclusão da disciplina Educação do campo no currículo do curso de Pedagogia e a preparação dos graduandos para atuar em escolas do campo**

Ao analisarmos a questão do conhecimento da realidade e da cultura dos camponeses que a disciplina Educação do Campo possibilita aos estudantes, notamos que a maioria dos entrevistados levou em conta que a disciplina possibilitou-lhes um conhecimento de uma forma não aprofundada. Apenas um estudante disse que a disciplina possibilitou a ele o conhecimento necessário e que ajudou bastante na sua formação. Ele relata que, com os conhecimentos adquiridos pela disciplina, conseguiu lidar com os alunos camponeses em uma escola onde lecionava. Canário diz:

*Hoje eu me sinto mais preparado, mas quando eu comecei a dar aula em uma sala cujos alunos camponeses estavam inseridos, é... foi um pouco difícil, porque eu não conhecia a realidade deles. Os conhecimentos que eu tinha não eram tão aprofundados, aí pude levar algumas metodologias das que aprendi na sala de aula com a professora... (CANÁRIO).*

---

<sup>6</sup> Para conhecer melhor o processo de Nucleação das escolas do município de Guanambi, leia Cotrim, Pereira e Silva (2013) ou Gandra, Marques e Gomes (2012).

Como pode ser observado na fala de Canário, os conteúdos abordados ajudaram-no a ter uma compreensão sobre a realidade dos sujeitos que moram no campo. A disciplina ajuda na formação do pedagogo, embora não seja tão aprofundada, mas, de certa forma, contribui para que o educador possa atender às necessidades dos alunos do campo.

Desse modo, parte dos entrevistados que, por serem sujeitos que já conhecem, têm contato e até mesmo já residiram no espaço rural, afirmou que para eles a compreensão dos conteúdos trabalhados pela disciplina foi fácil. Isso porque já compreendiam um pouco.

Para outros entrevistados, para ser um educador preparado para atender a alunos do campo, é necessário que se conheça a realidade das pessoas do campo, ou seja, um docente que já vivenciou o campo terá maior facilidade para atender às necessidades dos alunos que lá residem.

Nesse aspecto, Arroyo (2007) afirma que um dos fatores determinantes da precariedade da educação do campo é a ausência de profissionais que vivam junto às comunidades rurais. Os educadores, em sua maioria, vão todos os dias da cidade à escola rural e não têm suas raízes na cultura do campo e nem têm interesse em criar raízes. Observa-se nesta consideração do autor que o professor que se habilita a ir trabalhar em uma escola do/no campo deve ter, além da formação teórica, conhecimentos e vivências da realidade e da cultura das pessoas desse contexto.

Os estudantes demonstram coerência com essas colocações. Ou seja, não basta conhecer a realidade do campo. Para Canário, um professor que pretenda atuar em uma escola do campo precisa especializar mais na área de Educação do Campo. Ressalta ainda a importância da disciplina, mas não a considera suficiente para preparar um pedagogo que seja capaz de atender completamente às demandas dos alunos do campo.

Nesta perspectiva, sua reflexão vai ao encontro da afirmação de Antunes (2008) que ressalta:

As necessidades presentes na escola do campo exigem um profissional com uma formação mais ampliada, mais abrangente, já que ele tem de dar conta de uma série de dimensões educativas presentes nessa realidade. As licenciaturas, baseadas no modelo disciplinar, não permitem que esse educador seja capaz de intervir

globalmente no processo de formação de seus alunos. (Antunes, 2008, p.66).

Alguns entrevistados também disseram que, para conhecer e compreender a realidade do povo do campo, é preciso ter aula prática, visitar as comunidades rurais, ou seja, ir além dos conhecimentos disciplinares. Constatamos isso nas falas de Gaivota e Mariana:

*[...] Na sala de aula nós podemos adquirir a parte teórica, a parte prática mesmo não teve. Então, a disciplina não permitiu a conhecer. Até porque não teve nenhum estágio, não teve estudo de campo. Sobre a teoria eu até conheço um pouco, mas a prática a disciplina não me forneceu a compreensão. (GAIVOTA).*

*[...] A disciplina traz um pouco dessa vivência assim... como que é a vida no campo a partir dos teóricos. Mas pra aprofundar melhor a situação das pessoas que vivem no campo seria necessário que o professor da disciplina trabalhasse a prática, por exemplo, uma visita a essas comunidades rurais [...]. (MARIANA).*

Pelas falas, inferimos que, para que o estudante tenha uma formação mais próxima da realidade da educação no e do campo, faz-se necessária a aproximação da teoria-prática em sua formação no curso de Pedagogia. Para tanto, é preciso que, ao planejar as aulas da disciplina Educação do campo, com base em sua ementa, incluam-se metodologias que envolvam aulas práticas para possibilitar aos alunos um conhecimento próximo da realidade a que o conteúdo se refere.

### **Considerações finais**

Durante a pesquisa realizada, buscamos investigar as concepções de educação do campo que os estudantes de Pedagogia têm após terem cursado a disciplina na graduação, bem como sua importância para a construção dos saberes na referida área do conhecimento. Em síntese, analisamos se o curso de Pedagogia, como locus da formação de professores, prepara para a docência em escolas do/no campo.

A partir das entrevistas semiestruturadas com os discentes do 9º semestre do Departamento de Educação da UNEB, foi possível concluir que a inclusão da disciplina Educação do Campo no curso de Pedagogia possibilita aos estudantes o conhecimento conceitual dessa educação, já que, na visão dos discentes, é aquela que leva em conta a realidade dos alunos que moram no Campo.

A maioria desses estudantes considera também que a disciplina permitiu as compreensões sobre as práticas e políticas de Educação do Campo, pois demonstraram domínio sobre as mesmas. Já uma minoria dos entrevistados demonstrou conhecimento superficial. Apesar de considerarem a inclusão da disciplina no currículo do curso de Pedagogia uma conquista, podemos dizer que apenas uma disciplina no currículo não é suficiente para a formação, atuação do Pedagogo como docente nas escolas do/no campo.

Neste sentido, ressaltamos a necessidade de ampliação da carga horária da disciplina, bem como o planejamento de aulas de campo, atividades práticas que permitam ao licenciando vivenciar experiências mais próximas da realidade do campo. Além disso, propomos acrescentar ainda no currículo do curso mais disciplinas sobre esta temática e práticas de estágio também em escolas no campo ou que recebam alunos do campo.

Para além da formação inicial no curso de licenciatura, a formação continuada para as especificidades do campo revela-se como necessária, conforme apontam as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB Nº. 1, de 3 de Abril de 2002) e as Diretrizes Complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo (Resolução CNE/CEB Nº. 2, de 28 de Abril de 2008).

## REFERÊNCIAS

ANTUNES-ROCHA, M. I.; MARTINS, A. A. (2009). *Educação do Campo: desafios para a formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

ANTUNES–ROCHA, M. I. (2008). Licenciatura em Educação do Campo: desafios e possibilidades da formação para a docência nas escolas do campo. In: DINIZ-PEREIRA, J. E.; LEÃO, G. (Orgs.). (2008). *Quando a diversidade interroga a formação docente*. (p. 57-75). Belo Horizonte: Autêntica Editora.

ARROYO, M. G. (2007). Políticas de formação de educadores(as) do campo. *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago.

BRASIL. (2006). *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura*. Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de Maio de 2006.

BRASIL. (2006). Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Panorama da Educação do Campo*. Brasília: MEC/INEP.

BRASIL. (2002). Conselho Nacional de Educação/ Câmara da Educação Básica. *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo*. Resolução CNE/CEB Nº 1, de 3 de Abril de 2002.

BRASIL. (2008). *Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do campo*. Resolução CNE/CEB nº. 2, de 28 de Abril de 2008. Publicada no DOU de 29/4/2008, Seção 1, p. 25-26.

CALAZANS, M. J. C. (1993). Para compreender a educação do Estado no meio rural: traços de uma trajetória. In: THERRIEN, J.; DAMASCENO, M. N. (Coord.). *Educação e escola no campo*. Campinas, SP: Papirus, p. 15-39.

CALDART, R. S. (2004) Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, M. G.; MOLINA, M. C. *Por uma educação do campo*. (p. 147-158). Petrópolis, RJ: Vozes.

COTRIM, N. de S.; PEREIRA, K. A. F. de C.; SILVA, T. A.; MARQUES, T. G. (2013). *Educação no/do campo no município de Guanambi: implicações do processo de nucleação na vida e na aprendizagem de estudantes camponeses*. In: Anais do I Seminário Internacional de Educação do Campo da UFRB II Seminário Estadual de Educação do

Campo da Bahia; III Seminário de Educação do Campo do Recôncavo e Vale do Jequiriça; IV Encontro de Educação do Campo de Amargosa “A Educação dos Camponeses na América Latina: da subalternidade à emancipação” 04 a 06 de setembro.

FERNANDES, B. M.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (2004). Primeira Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). *Por uma educação do campo*. (p. 19-62). Petrópolis, RJ: Vozes.

FERNANDES, B. M. (2004). Diretrizes de uma Caminhada. In ARROYO, M. G.; ROSELI, S. C.; MOLINA, M. C. *Por uma educação do campo*. (p. 133-145). Petrópolis, RJ: Vozes.

GANDRA, G. K. da S.; MARQUES, R. da S. S.; GOMES, T. M. dos S. (2012). *O atendimento às crianças do campo no contexto do município de Guanambi/Bahia*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) Universidade do Estado da Bahia, Guanambi/BA.

HAGE, S. M. (2010). *Concepções, práticas e dilemas das escolas do campo: contrastes, desigualdades e afirmação de direitos em debate*. In: SOARES, L... (et al.). *Convergências e tensões no campo da formação e trabalho docente*. Conteúdo: Educação de pessoas com deficiência, altas habilidades e condutas típicas – Educação do campo – Educação, gênero e sexualidade – educação indígena – Relações raciais e educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Textos selecionados do XV ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, realizado na UFMG, no período de 20 a 23 de abril.

LEITE, S. C. (2002). *Escola Rural: Urbanização e Políticas Educacionais*. 2 ed. São Paulo, Cortez.

MARQUES, T. G. (2010). *Pedagogia da Terra: Significados da formação para educadores e educadoras do campo*. (Dissertação de Mestrado em Educação). Belo Horizonte, Faculdade de educação/UFMG.

MARQUES, T. G. (2014). *Ser docente em escolas no/do campo: Perfil, condições de trabalho e formação*. In: Anais do XVII ENDIPE “A didática e a prática de ensino nas



relações entre escola, formação de professores e sociedade”. 11 a 14 de novembro de 2014.

MOLINA, M. C. (2011). O caminho aberto pelas experiências piloto: limites e possibilidades das licenciaturas em Educação do Campo. In: MOLINA, M. C.; SÁ, L. M (Org.). *Licenciaturas em Educação do Campo: registros e reflexões a partir das experiências-piloto* (UFMG; UNB; UBBA e UFS). (p. 343-356). Belo Horizonte: Autêntica editora. (Coleção Caminhos da Educação do campo; 5).

MINAYO, C. de S. (Org); GOMES, S. F. D. R. (2012). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 31 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

ROCHA, M. I. A. (2004). *Representações sociais sobre os alunos no contexto de luta pela terra*. (Tese de doutorado em Educação). Belo Horizonte, Faculdade de educação/UFMG.

Universidade do Estado da Bahia (UNEB). (2010). *Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia*. Bahia.